



Sandra Fernandes Professora da Universidade do Minho e investigadora no Centro de Investigação em Ciência Política (CICP).
Mário Godinho de Matos Embaixador reformado do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Investigador OBSERVARE-UAL e IPRI-NOVA.

SEGURANÇA, PODER E MEDIAÇÃO NO CÁUCASO DO SUL: LIÇÕES DO CONFLITO ARMÉNIA–AZERBAIJÃO

10 fevereiro 2026

Nas dinâmicas pós-conflito entre a Arménia e o Azerbaijão evidenciam-se as implicações para a segurança regional, os limites dos atuais mecanismos de mediação e o papel de atores externos, nomeadamente a Rússia, a União Europeia, a Turquia e os EUA. Sem uma estratégia coerente e sustentada de envolvimento internacional, o conflito Arménia-Azerbaijão continuará a representar um risco estrutural para a segurança europeia alargada.

O conflito entre a Arménia e o Azerbaijão, reconfigurado pela guerra de 2020 e pelos desenvolvimentos posteriores no Nagorno-Karabakh, continua a marcar profundamente a dinâmica de segurança no Cáucaso do Sul. Depois da vitória militar e política do Azerbaijão, em setembro de 2023, que culminou na recuperação, por Baku, do território de Nagorno-Karabakh e na deslocação para a Arménia da sua população de maioria étnica arménia, os dois países lograram encontrar, por via negocial, um mínimo de entendimento sob os auspícios do presidente norte-americano, Donald Trump. Depois de 35 anos de conflito, o grande desafio é reconstruir a confiança perdida. Apesar do cessar-fogo e dos esforços diplomáticos em curso, a necessidade de ratificar o acordo de paz rubricado em Agosto de 2025, em Washington, e a persistência de assimetrias de poder têm contribuído para um contexto de instabilidade prolongada, com impactos que se estendem para além da região.

Este artigo tem como objetivo analisar as dinâmicas pós-conflito entre a Arménia e o Azerbaijão, avaliando de que forma a reconfiguração do equilíbrio de poder, os limites dos atuais mecanismos de mediação e o envolvimento de atores externos moldam as perspetivas de estabilização. Em particular, o texto interroga-se sobre os fatores que dificultam a consolidação da paz, o papel desempenhado por atores como a Rússia, a União Europeia, a Turquia e os EUA e os riscos associados à marginalização das dimensões humanitária e de governação no processo pós-guerra.

O artigo está estruturado em três partes. A primeira apresenta o enquadramento do conflito no período pós-2020, destacando as principais alterações no terreno e no ambiente regional. A segunda parte

analisa as dinâmicas de segurança e os formatos de mediação existentes, sublinhando as fragilidades do atual quadro de gestão do conflito. A terceira parte discute as implicações regionais e internacionais desta situação, identificando riscos e desafios para a segurança no Cáucaso do Sul e para a estabilidade europeia mais alargada.

Os textos assinados em Washington a 8 Agosto 2025 constituem o início de um novo processo cuja eficácia irá ser posta à prova.

Conclui-se que, na ausência de uma abordagem internacional coerente e sustentada, o conflito Arménia-Azerbaijão tende a permanecer num estado de “paz negativa”, caracterizado por elevada volatilidade e risco de escaladas recorrentes, continuando a constituir um fator estrutural de instabilidade regional. De facto, o processo liderado pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), através do Grupo de Minsk, cujas copresidências foram atribuídas aos EUA, Rússia e França, não atingiu os objetivos esperados por razões que se prendem, entre outras, com interesses geopolíticos conflitantes na região do Cáucaso do Sul.

Do pós-guerra ao processo de paz: reconfiguração do poder e novos enquadramentos políticos

O entendimento sobre o acordo de paz veio a consubstanciar-se, no dia 8 de agosto de 2025, em Washington, com a rubrica de um documento intitulado *Agreement on Establishment of Peace and Inter-State Relations between the*

Republic of Azerbaijan and the Republic of Armenia. Paralelamente e em ambos os casos com o apadrinhamento do presidente Trump, foi ainda assinada pelo presidente do Azerbaijão, Ilham Aliyev, e pelo primeiro-ministro da Arménia, Nikol Pashinyan, uma “Declaração Conjunta” sobre o resultado do seu encontro na capital dos EUA.

Os passos seguintes serão a assinatura do *Agreement on Establishment of Peace and Inter-State Relations* e a posterior ratificação pelos Parlamentos dos dois países.

O primeiro documento é constituído por dezassete artigos encabeçados por considerandos relativos à necessidade de estabelecer uma paz justa, completa e duradoura na região. O articulado que se segue aborda áreas tão diversas como: definição de fronteiras; renúncia ao uso da força; não ingerência nos assuntos internos dos dois países, e refere a necessidade de criar medidas geradoras de confiança. Cria uma Comissão Bilateral para supervisionar a aplicação do Acordo e admite a possibilidade de virem a ser estabelecidas relações diplomáticas entre Yerevan e Baku depois da troca dos instrumentos de ratificação do Acordo.

Por sua vez, a Declaração Conjunta começa por referir o facto de o presidente Donald Trump, acompanhado pelo presidente Ilham Aliyev e pelo primeiro-ministro Nikol Pashinyan, terem testemunhado o ato em que os Ministros dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão e da Arménia rubricaram o referido *Agreement*. Assinala ainda a necessidade de desenvolver esforços tendentes à assinatura e ratificação do documento e realça a importância de manter e reforçar a paz entre os dois países.

A Declaração Conjunta faz também referência à assinatura de um apelo à OSCE para que seja encerrado o processo de

mediação internacional iniciado em 1995 e que, desde então, não logrou alcançar um acordo de paz para o território do Nagorno-Karabakh. Apela ainda aos Estados-membros da organização para que adotem essa mesma decisão.

Na sua parte mais operacional, a referida Declaração Conjunta aborda ainda a sensível questão do anteriormente designado “corredor de Zangezur” pelo Azerbaijão, designação essa contestada por Erevan, e que agora aparece com a etiqueta de *Trump Route for International Peace and Prosperity* (TRIPP). Trata-se de uma tentativa dos EUA com vista a encontrar uma solução para a principal reivindicação do Azerbaijão que pretende uma ligação terrestre entre o exclave azeri de Naquichevão e o território do Azerbaijão, através da região de Siyunik, atravessando o sul da Arménia. Face às reservas das autoridades arménias que defendem a sua soberania e integridade territorial, a Declaração Conjunta parece acautelar essas sensibilidades ao referir: “a abertura de comunicações entre os dois países será efetuada na base do respeito pela soberania, integridade territorial e ordenamento jurídico dos dois Estados”. O texto termina apelando à necessida-

de de criar boas relações de vizinhança na base da inviolabilidade das fronteiras internacionais e na inadmissibilidade do uso da força para aquisição de território. Exclui resolutamente qualquer tentativa de vingança e manifesta confiança em que a reunião de 8 de Agosto, em Washington, constitua uma base para o respeito mútuo e para o avanço da paz na região. Ambos os responsáveis expressam o seu agradecimento ao presidente Donald Trump pela “afável hospitalidade” na organização do presente encontro e pela “significativa contribuição” para o avanço da normalização das relações bilaterais entre a República do Azerbaijão e a República da Arménia.

Os textos assinados em Washington a 8 Agosto 2025 constituem o início de um novo processo cuja eficácia irá ser posta à prova.

Competição geoestratégica e mediação em transição no Cáucaso do Sul

A reconfiguração do processo de paz entre a Arménia e o Azerbaijão não pode ser dissociada da crescente competição geoestratégica no Cáucaso do Sul. É neste contexto que a questão do ante-

riormente designado “corredor de Zangezur”, agora apresentado como TRIPP, assume centralidade como elemento estruturante das novas dinâmicas regionais. Mais do que uma simples via de comunicação, o TRIPP constitui um instrumento político e estratégico através do qual se cruzam interesses nacionais, regionais e globais.

As autoridades do Azerbaijão sustentam a abertura desta ligação terrestre pelo sul da Arménia com base no Acordo de Cessar-Fogo, que pôs termo à guerra do Nagorno-Karabakh em 2020, interpretando-o como uma obrigação de Erevan de garantir a segurança das conexões entre as regiões ocidentais do Azerbaijão e o exclave de Naquichevão. Para Baku, esta via permitiria não apenas ultrapassar a descontinuidade territorial, mas também reforçar a sua posição estratégica regional.

O presidente Ilham Aliyev tem igualmente defendido que o TRIPP se insere no chamado *Middle Corridor*, ligando a China à Europa através da Ásia Central, do Mar Cáspio e do Sul do Cáucaso, com acesso à Europa pela Turquia ou pela Geórgia. A importância deste corredor aumentou significativamente após a invasão da Ucrânia pela Rússia, que fragilizou o *Northern Corridor* e reforçou o interesse em rotas alternativas de conectividade euro-asiática.

Por seu lado, as autoridades arménias contestaram inicialmente a interpretação azeri, invocando preocupações relativas à soberania e à integridade territorial. No entanto, as garantias expressas na Declaração Conjunta de 8 de agosto de 2025 parecem ter sido consideradas suficientes para mitigar essas reservas, ao sublinharem que a abertura de comunicações será realizada no pleno respeito pela soberania, ordenamento jurídico e integridade territorial dos dois Estados. Paralelamente, Erevan reconhece os potenciais benefícios económicos e estratégicos decorrentes da conectividade regional, capazes de atenuar o isolamento histórico do país.

A posição do Irão introduz um elemento adicional de complexidade. Teerão procura preservar o seu estatuto de país de trânsito entre as duas partes do Azerbaijão e opõe-se a qualquer solução que implique a presença de forças de segurança ocidentais ou que reforce excessivamente a influência da Turquia e do Azerbaijão. Embora as reações iranianas tenham

FIGURA 1. MAPA DA ARMÉNIA, COM PROVÍNCIAS/REGIÕES

Fonte: <https://www.burningcompass.com/countries/armenia/armenia-province-map.html>

● Capital provincial ○ Capital do país



sido, até ao momento, cautelosas, uma eventual exclusão do Irão de uma via de comunicação gerida sob forte influência norte-americana poderá desencadear respostas mais assertivas.

Também a Rússia encara o TRIPP com reservas. Após a guerra de 2020, Moscovo assegurou formalmente a segurança da zona onde se previa a implantação do corredor e esperava manter uma presença ao longo da futura via, preservando assim a sua influência sobre a Arménia e o Azerbaijão e garantindo um elemento-chave do corredor norte-sul com ligação ao Golfo Pérsico. Apesar de uma reação pública contida, a Rússia dificilmente deixará de explorar divergências entre as partes para tentar desacreditar a iniciativa americana e recuperar margem de manobra regional.

A Turquia, terceiro vizinho direto, desempenha igualmente um papel crucial. Embora não tenha sido um ator central na conceptualização do TRIPP, Ancara é um

parceiro estratégico do Azerbaijão e um elemento incontornável para a estabilização regional. A eventual abertura da fronteira terrestre com a Arménia, encerrada desde 1993, representaria um contributo decisivo para o desenvolvimento económico do Cáucaso do Sul. O sucesso do TRIPP dependerá, em larga medida, da capacidade de os Estados Unidos assegurarem à Turquia benefícios concretos no quadro mais amplo da sua estratégia regional.

No plano internacional, a iniciativa americana que reuniu em Washington o presidente do Azerbaijão e o primeiro-ministro da Arménia representa uma rutura significativa com os formatos tradicionais de mediação. Ao assumir-se como principal facilitador do processo e ao associar diretamente a sua liderança política à iniciativa, os Estados Unidos reforçam substancialmente a sua influência numa região historicamente dominada pela Rússia. A própria designação do corredor

evidencia essa ambição, projetando o presidente Trump como *peace broker* capaz de desafiar o papel de árbitro regional anteriormente atribuído a Moscovo.

A União Europeia, por sua vez, enfrenta um exercício delicado de equilíbrio. Enquanto principal prestador de assistência financeira à Arménia e detentora de instrumentos relevantes, como a Missão Civil de Monitorização (EUMA) e o Acordo de Parceria Abrangente e Reforçado, Bruxelas mantém simultaneamente uma parceria estratégica com o Azerbaijão no domínio energético. Este duplo envolvimento não tem impedido tensões, nomeadamente em matéria de direitos humanos e ações militares, nem a necessidade de gerir as posições diferenciadas dos seus Estados-membros, em particular da França, cuja política de apoio à Arménia tem suscitado reações negativas em Baku.

Neste contexto de mediação em transição e de crescente competição entre potências, o TRIPP surge como símbolo

FIGURA 2. MAPA DO CÁUCASO DO SUL

Fonte: <https://nestcentre.org/challenges-to-russias-influence-in-the-south-caucasus/>





e catalisador de uma nova fase no Cáucaso do Sul, na qual a estabilidade regional dependerá menos de mecanismos multilaterais tradicionais e mais da capacidade de gerir interesses estratégicos divergentes, num ambiente internacional cada vez mais fragmentado.

A inviolabilidade territorial da Arménia e a necessidade de assegurar uma ligação terrestre entre o Azerbaijão e o seu exclave de Naquichevão estão no centro da competitividade estratégica no Cáucaso do Sul.

Riscos políticos internos e fragilidades da consolidação da paz

Uma das principais dificuldades que está a atrasar o processo negocial previsto nos documentos de 8 de Agosto – de que os EUA parecem ser o garante, apesar de nada se encontrar estabelecido a esse respeito – é a exigência de Baku para que sejam removidas da Constituição arménia quaisquer referências que possam ser interpretadas como uma reivindicação territorial em relação ao território do Nagorno-Karabakh.

De facto, no preâmbulo da Constituição arménia existe uma referência à “Declaração de Independência de 1990” a qual, por sua vez, inclui uma provisão que visa a reunificação da Arménia com o território do Nagorno-Karabakh. Por outro lado, no artigo 125º do texto constitucional arménio está referido que o Presidente da República assume o compromisso de “permanecer fiel aos princípios fundamentais da Declaração de Independência”. Da parte do Azerbaijão tal é interpretado como um compromisso contínuo com uma eventual reivindicação territorial do Nagorno-Karabakh, pelo que exige a Erevan que elimine declarações contra a soberania e a integridade territorial do Azerbaijão.

As autoridades arménias admitiram a possibilidade de realização de um referendo nacional para aprovar alterações à Constituição, mas os respetivos procedimentos não foram ainda iniciados formalmente.

Entretanto o Primeiro-Ministro divulgou um documento intitulado *Real Armenia* que, na sua essência, sustenta que os arménios devem focar-se no território internacionalmente reconhecido e não em ideias “amorfas” da Arménia histórica. Tal corresponde, essencialmente, à ex-Repubblica Soviética da Arménia sem contar

com partes do antigo território que agora pertencem à Turquia, Azerbaijão, Irão e Geórgia.

Esse posicionamento, segundo Pashinyan, deve incluir o Nagorno-Karabakh, reconhecido internacionalmente como fazenda parte do Azerbaijão. A mesma lógica

O tradicional posicionamento estratégico da Arménia baseado no conceito de territorialidade histórica e no reconhecimento internacional do genocídio condicionam a transição para uma relação mais fluida com os países vizinhos.

se aplica ao tradicional posicionamento arménio para que a Turquia reconheça o genocídio cometido pelo Império Otomano em 1915.

Segundo Pashinyan, ao mesmo tempo que são reafirmadas as consequências terríveis do genocídio, a Arménia deve agora perspetivar o futuro e admitir que o almejado reconhecimento internacional já não é prioridade na sua política externa. Representará um grande desafio para o primeiro-ministro Pashinyan conseguir convencer a população arménia das virtualidades do seu conceito de *Real Armenia*, sendo conhecida a oposição da intelligentsia e sobretudo da diáspora cuja identidade foi sendo construída à volta das questões territoriais e do reconhecimento internacional do genocídio. As eleições legislativas que se realizam em junho de 2026 na Arménia constituirão um importante teste e determinarão a orientação que vier a ser seguida.

A identidade nacional baseada nas conceções acima referidas esteve na origem de profundas divergências com os países vizinhos e que, historicamente, levaram à procura de garantias de segurança junto da Rússia que, por sua vez, acumulou ali enorme influência política, económica e cultural. A Rússia não deixará de se esforçar para retomar o papel de mediador e para isso tentará influenciar o resultado das eleições de junho de 2026.

No plano regional, para além do apoio incondicional da Turquia ao Azerbaijão, o Irão tem vindo a chamar a atenção para as aspirações hegemónicas dos EUA a coberto dos investimentos em infraestrutura. O tradicional posicionamento estratégico da Arménia baseado no conceito de territorialidade histórica e no reconhecimento internacional do genocídio condicionam a transição para uma relação mais fluida com os países vizinhos.

Conclusão

Para que a presente iniciativa venha a ter sucesso, quer o Azerbaijão quer a Arménia deverão trabalhar conjuntamente, reforçando a confiança mútua, sem voltarem aos velhos hábitos de se apoiarem em atores externos para ajudar a resolver disputas entre si. Desse modo, será possível testar as hipóteses de sucesso de uma negociação que tem como pontos sensíveis a situação interna na Arménia e um projeto de conectividade territorial (TRIIP) gerido maioritariamente pelos EUA.

A cooperação baseada nos ganhos que venham a ser alcançados e que viabilize uma solução duradoura para a instabilidade regional, poderá transformar o “Cáucaso do Sul” numa nova entidade política, ao invés de uma “geografia” tradicionalmente campo de batalha de interesses externos. No entanto, não deixará de se fazer sentir a influência de *players* regionais como a Turquia e o Irão, para além das três superpotências: os EUA, que reivindicam um novo papel na zona de influência de Moscovo; a Rússia, que depois de clarificada a situação na Ucrânia, não deixará de querer ter uma voz na região; e a China, para quem a zona constitui um dos importantes pontos de passagem de produtos com destino à Europa, no âmbito da *Belt and Road Initiative*. ●

Referências

- Broers, L. (2019). *Armenia and Azerbaijan – Anatomy of a Rivalry*. Edinburgh University Press.
- Ministry of Foreign Affairs of Armenia (2025). *Agreement on Establishment of Peace and Inter-State Relations between the Republic of Armenia and the Republic of Azerbaijan*, initialed by the Ministers of Foreign Affairs of Armenia (Ararat Mirzoyan) and Azerbaijan (Jeyhun Bayramov) Washington D.C., USA. August 8, 2025.
- US Department of State (2025). *Joint Declaration by the President of the Republic of Azerbaijan and the Prime Minister of the Republic of Armenia on the outcomes of their meeting in Washington D.C., USA*. August 8, 2025.
- Vartanyan, Olesya (2025). *A month after historic Armenia-Azerbaijan Summit, has Trump secured a lasting peace? Carnegie Endowment for International Peace*.
- Waal, Thomas (2025). *An Unlikely Road to Peace for Armenia and Azerbaijan: How Common Cause Against Russia Enabled an American Deal*. *Foreign Affairs*, 22 Sept.